

Comitê PJ1

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1)
Criado e instalado segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 e Decreto Estadual nº 44.433/2007



Minuta de Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2024 do CBH-PJ1 Videoconferência – 05/11/2024 – 09h00min

Vaga	Entidade	Representante	Função	Participação
01	EMATER	Marcelina Batista da Costa	Titular	Ausente
	SEAPA	Hélio João de Farias Neto	Suplente	Ausente
02	Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA	Mariana Cristina Souza Santos	Titular	Ausente
	Instituto Estadual de Florestas-IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Justificado
03	Polícia Militar de Minas Gerais	<i>Aguardando indicação</i>	Titular	-
	SEMAD	Daniel Iscold A. de Oliveira	Suplente	Presente
04	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Giovanna Caldeira de Souza	Titular	Presente
	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Rodrigo Alves de Oliveira	Suplente	Ausente
05	Prefeitura Municipal de Itapeva	Alexandre Ribeiro de Patto	Titular	Ausente
	Prefeitura Municipal de Itapeva	Reginaldo Aparecido de Godoi	Suplente	Ausente
06	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Clébia Fátima de Oliveira	Titular	Ausente
	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Geovane Rodolfo Pereira Diógenes	Suplente	Ausente
07	COPASA	Joab Borges Silva	Titular	Justificado
	Melhoramentos Florestal Ltda	David Figueiredo Barros do Prado	Suplente	Presente
08	FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira	Titular	Presente
	SINMEC	Raquel da Silva	Suplente	Presente
09	FAEMG	Caio Sérgio Santos e Oliveira (P/P Maria Victória de Oliveira)	Titular	Presente
	FAEMG	Aluízio Armando Guimarães Pascoal	Suplente	Ausente
10	Associação Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena	Titular	Presente
	Ordem dos Advogados do Brasil	<i>Aguardando indicação</i>	Suplente	-
11	SINDÁGUA	Adilson Ramos de Souza	Titular	Presente
	SINDÁGUA	Wanderci dos Reis Gomes	Suplente	Presente
12	Conselho Regional de Biologia-4ª Região	Maurício Djalles Costa	Titular	Presente
	Conselho Regional de Biologia-4ª Região	Ana Bárbara Barros	Suplente	Ausente

Demais presentes	
Sigla da Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Daniel Ramos
Agência das Bacias PCJ	Gabriel Sobreira
Agência das Bacias PCJ	Kaique Barretto
Agência das Bacias PCJ	Patrícia Barufaldi
Agência das Bacias PCJ	Priscila Silva
Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera
Agência das Bacias PCJ	Thamiris Cardoso
Agência das Bacias PCJ	Vanessa Longato
IGAM	Rosângela Pereira da Silva

Ao quinto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, por meio de videoconferência, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária de 2024 do CBH-PJ1, registrando-se a participação de dez pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, e do Governo do Estado de Minas Gerais, conforme tabela apresentada acima, registrados por meio de manifestação de presença realizada no chat da plataforma de videoconferência. **1. Abertura e verificação de quórum.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PJ1 por meio de correio eletrônico em 23/10/2024. O quórum da reunião foi projetado pela equipe de

15 apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, e foi informado pela Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Presidente do CBH-PJ1, sobre a existência de quórum de instalação da reunião e desejou boa reunião a todos. Em ato contínuo, a abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Adilson Ramos de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais (SINDÁGUA) e Secretário-executivo do CBH-PJ1 que cumprimentou a todos. Em seguida, o Sr. Adilson passou a palavra para saudações iniciais

Comitê PJ1

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1)
Criado e instalado segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 e Decreto Estadual nº 44.433/2007



30 para o Sr. Maurício Djalles Costa, representante do
Conselho Regional de Biologia-4ª Região e
Secretário-executivo Adjunto do CBH-PJ1, que
também desejou uma boa reunião a todos os
participantes, destacando a importância dos temas a
serem discutidos no PJ1, principalmente no
35 momento atual, de estiagem e menor índice de vazão
dos rios da região, bem como o aumento no número
de incêndios florestais. **2. Assuntos à deliberar: 2.1**
Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2024
do CBH-PJ1, realizada em 03/09/2024: O Sr.
40 Adilson Ramos de Souza, representante do Sindicato
dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e
Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do
Estado de Minas Gerais (SINDÁGUA) e Secretário-
executivo do CBH-PJ1, questionou aos membros
45 sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 1ª
Reunião Ordinária de 2024 do CBH-PJ1, realizada
em 03/09/2024. A leitura foi dispensada por
unanimidade e o Sr. Adilson abriu a palavra para
manifestações sobre o seu conteúdo. Não havendo
50 manifestações, a minuta foi colocada em votação,
sendo aprovada por unanimidade. **2.2 Calendário de**
reuniões para 2025: A Sra. Mylena Nascimento
Rodrigues de Oliveira, representante da Federação
das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
55 e Presidente do CBH-PJ1 apresentou a minuta de
Deliberação CBH-PJ1 nº 006/2025, que dispõe sobre
o calendário de reuniões ordinárias do CBH-PJ1 para
o ano de 2025. O assunto deve ser estabelecido
através de deliberação do CBH por força regimental.
60 A proposta prevê a realização de duas reuniões
ordinárias, considerando a possibilidade de reuniões
extraordinárias conforme a necessidade. Destacou
também a expectativa pela assinatura da nova lei do
FHIDRO pelo governador do estado, que traria dois
65 benefícios ao CBH-PJ1: a regulamentação do
repasso do FHIDRO para o CBH e um provável
aumento na arrecadação, estimado em cerca de
R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais) por ano, devido
ao critério de favorecer comitês menores. Afirmou
70 ainda que o uso desse recurso necessitará de
deliberação do Comitê, exigindo uma reunião com
pauta única. Além disso, seria necessária outra
reunião para aprovação da Agência de Bacias como
agência do PJ1, uma vez que, atualmente, o apoio
75 recebido da Fundação Agência das Bacias PCJ não é
formalizado pela legislação. Por fim, discutiu-se a
necessidade de agendar uma reunião ordinária no
início do ano ou manter as duas previstas para o meio
e o final do ano, considerando a possível ocorrência
80 de reuniões extraordinárias no primeiro semestre. O
Sr. Adilson Ramos de Souza sugeriu que as reuniões
ordinárias fossem realizadas no meio do primeiro e
do segundo semestre, aproximadamente em abril e

85 setembro, após os principais feriados. Dessa forma,
haveria um melhor espaçamento entre elas, evitando
um intervalo muito grande desde a última reunião do
ano. Além disso, essa distribuição permitiria a
realização de reuniões extraordinárias conforme a
necessidade, seguindo o modelo adotado no ano de
90 2024. Após as falas de outros conselheiros e
convidados sobre possíveis itens de pauta para o
próximo ano, foi colocada em votação a proposta de
duas reuniões ordinárias em 2025, com indicativo de
reunião extraordinária, caso haja avanço na
95 tramitação do decreto governamental sobre o
FHIDRO. As reuniões ocorrerão conforme segue: 1ª
Reunião Ordinária de 2025 em 03/04/2025; 2ª
Reunião Ordinária de 2025 em 04/11/2025. A Sra.
Mylena Oliveira colocou a minuta de deliberação em
100 votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.**
Avaliação do quadro de ações do Plano Diretor de
Recursos Hídricos do CBH-PJ1. A Sra. Mylena
Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
(FIEMG) e Presidente do CBH-PJ1 passou a palavra
105 para a Sra. Rosângela Pereira dos Santos, Analista
Ambiental do IGAM, para apresentação sobre o
tema. A Sra. Rosângela iniciou sua explanação
comentando o que segue: foi apresentada uma síntese
do Plano Diretor de Recursos Hídricos do CBH-PJ1,
110 com foco no quadro de ações. O plano, com
horizonte temporal de 2020 a 2035, foi elaborado
como um recorte específico para a porção mineira
das bacias PCJ, seguindo as resoluções normativas
do estado de Minas Gerais. A estrutura do plano foi
115 dividida em seis temas estratégicos, três eixos
temáticos e 21 programas, totalizando 41 ações para
a porção mineira. Esse formato seguiu a estrutura dos
planos mais recentes, detalhando ações de curto,
120 médio e longo prazo, além de indicar parcerias
envolvidas e fontes de financiamento. Afirmou que
dentre os temas destacados, a ampliação da coleta e
tratamento de esgoto a montante do Sistema
Cantareira foi um dos pontos centrais do debate
125 durante sua elaboração. Também houve ênfase na
educação ambiental e na integração de universidades
locais para fortalecer a pesquisa e a difusão de
conhecimento sobre recursos hídricos. O documento
pode ser acessado por meio do site dos Comitês PCJ
130 e da página do IGAM. Para melhor compreensão, foi
sugerida a consulta direta ao quadro de ações,
localizado no capítulo 3 do plano, que detalha os
objetivos e metas para a gestão dos recursos hídricos
na região. Apresentou os temas estratégicos,
135 programas e as 41 ações a serem implementadas no
CBH-PJ1, conforme detalhado na página 126 do
Plano Diretor de Recursos Hídricos. O plano
organizou as ações por temas estratégicos,

Comitê PJ1

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1)
Criado e instalado segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 e Decreto Estadual nº 44.433/2007



140 identificados por cores para facilitar a consulta. Esses temas incluíram: conservação, uso da água no meio rural e recomposição florestal; enquadramento dos corpos d'água; garantia de suprimento hídrico e drenagem, sendo a drenagem um tema novo nos planos de bacia, em resposta a problemas de assoreamento e eventos de cheia extrema; águas subterrâneas, destacando a necessidade de monitoramento e acompanhamento, muitas vezes negligenciados em relação às águas superficiais; educação ambiental, integração e difusão de pesquisas e tecnologias; e gestão de recursos hídricos, incluindo instrumentos como outorga, cobrança, monitoramento e sistemas de informação. Na página 127, foram apresentadas as ações correspondentes a cada tema e programa. Entre elas, 155 destacou-se a ação do Programa 1.2 – Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga, prevista para ocorrer entre 2021 e 2035, com prioridade considerada muito alta. O cálculo do investimento incluiu fontes de recursos 160 além da cobrança, sendo a implementação frequentemente realizada em parceria com que promovem capacitações e projetos voltados à recuperação de nascentes e plantio de mudas para matas ciliares. Foi ressaltado que o IEF (Instituto 165 Estadual de Florestas), por exemplo, possui representação no comitê e tem atuação consolidada nesse tipo de ação. A apresentação prosseguiu, onde foram apresentadas as ações com foco na recomposição florestal, conservação do solo, gestão de recursos hídricos e educação ambiental. As 41 170 ações previstas no plano foram detalhadas, incluindo prazos, fontes de financiamento, prioridades e valores de implementação. Dentre as ações destacadas, constaram a estabilização de voçorocas, a ampliação de técnicas de conservação do solo, a 175 elaboração de materiais educativos e a realização de processos formativos para comunicadores. Foi ressaltada a importância da articulação com municípios e instituições parceiras, especialmente para ações de educação ambiental, que muitas vezes 180 já contam com iniciativas pré-existentes na bacia. No âmbito da gestão de recursos hídricos, foram mencionadas ações como o monitoramento de chuvas, vazões e qualidade da água subterrânea, executadas pelo IGAM, com o CBH atuando como 185 articulador. A possibilidade de trazer um técnico do IGAM para reunião plenária foi sugerida para discutir o monitoramento hidrológico na região. Afirmou ainda que o plano também incluiu um quadro de ações prioritárias, definidas com base no 190 diagnóstico da bacia, e estratégias para implementação, como o foco em ações de curto prazo e menor custo. Foram apresentadas fontes

195 potenciais de financiamento, incluindo recursos municipais, estaduais, federais e programas como o PRODES e o Produtor de Águas. Foi sugerida a criação de uma Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação das ações, com reuniões periódicas e avaliação do status de cada ação. A dinâmica sugerida incluiu a 200 atribuição de indicadores de implementação para cada ação, com relatórios anuais que permitirão comparar a evolução ao longo dos anos. O objetivo é identificar ações em atraso e buscar soluções para 205 avançar, sem apontar culpados, mas sim focar no suporte necessário para a execução. O Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, complementou as informações apresentadas, destacando a importância de entender o quadro de financiamento das ações. Explicou que, na apresentação da Sra. Rosângela, foram indicadas as fontes principais de recursos, como a cobrança federal e o FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo), mas não constava a cobrança 210 mineira, pois essa discussão não estava em pauta no momento da elaboração do plano. Ressaltou que essa revisão será iniciada no próximo ano e concluída em 2026. Chamou atenção para as colunas que indicam a fonte de financiamento e a prioridade das ações. Exemplificou com a ação de promoção, conservação e recuperação de nascentes e matas ciliares, que foi associada a "outras fontes de recursos". Esclareceu que isso não significa a ausência de recursos da cobrança, mas que é necessário consultar o plano de 225 bacia para entender os detalhes da ação. Citou o exemplo do desenvolvimento e monitoramento dos PIPs (Projetos Integrais de Propriedades), uma estratégia já em andamento em Camanducaia, onde diversos projetos foram elaborados e as ações estão prestes a ser implementadas. O Sr. Razera reforçou a necessidade de alinhar as forças e estratégias para atingir as metas de forma combinada e transparente. Destacou que nem todas as ações podem ser iniciadas simultaneamente, pois é essencial seguir um passo a passo bem definido. Algumas iniciativas já estão em andamento, enquanto outras ainda precisam ser planejadas. Como exemplo, citou os projetos de drenagem urbana já realizados em municípios como Camanducaia e Itapeva, que foram 240 focados na questão da drenagem, mas que agora demandam uma transição para ações de conservação. Ressaltou a importância de estruturar esse planejamento para garantir a continuidade e o sucesso das iniciativas. Além disso, mencionou que a prestação de contas já é realizada anualmente pela Agência PCJ, em relação à cobrança federal, com relatórios apresentados nas reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e nos plenários 245

Comitê PJ1

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1)
Criado e instalado segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 e Decreto Estadual nº 44.433/2007



250 dos Comitês PCJ. No entanto, explicou que esse
processo ainda não foi implementado na porção
mineira, devido à falta de uma relação formal da
Agência PCJ com o PJ1. Com a equiparação da
entidade, será necessário adotar os mesmos
instrumentos de planejamento e prestação de contas,
255 como o Plano Orçamentário Anual (POA) e o Plano
de Aplicação Plurianual (PAP), exigidos pela
legislação mineira. Concluiu enfatizando a urgência
de discutir e planejar as ações de forma integrada,
garantindo que os instrumentos de gestão e
260 monitoramento sejam aplicados tanto na porção
federal quanto na mineira. A Sra. Rosângela Santos
destacou a importância do saneamento e
exemplificou com a construção de novas ETEs
(Estações de Tratamento de Esgoto) na bacia, que
265 atingiram 100% de implementação. No entanto,
ressaltou que a construção das ETEs não
necessariamente refletiu na melhoria da qualidade da
água, o que demandou ações complementares, como
o monitoramento da qualidade das águas. Citou
270 casos de municípios que possuem ETEs, mas estas
estão desativadas, sem manutenção ou operando
abaixo do esperado, o que impacta a avaliação das
ações. Explicou que o trabalho de avaliação da
implementação das ações está em fase inicial. O
275 cenário ideal, segundo ela, seria o Comitê se reunir
ao longo do ano para aplicar os índices de avaliação,
com a publicação dos relatórios ao final do período.
Reconheceu que, no momento, o processo está um
pouco acelerado, mas que a prática habitual envolve
280 reuniões planejadas, estudos detalhados das ações e
diálogo com parceiros, especialmente os municipais.
Frisou que, quando o Comitê conta com o apoio de
uma agência de bacias, o trabalho de
acompanhamento e publicação dos relatórios se
285 torna mais ágil e eficiente, facilitando a
implementação dos índices e a emissão dos dados.
Concluiu enfatizando a importância de uma parceria
sólida com a agência para otimizar esse processo. A
Sra. Mylena Oliveira questionou se a planilha de
290 2024, já disponível no IGAM, seria apresentada pelo
Comitê. Além disso, perguntou se havia previsão,
em conjunto com o PCJ FEDERAL, de revisar os
indicadores, conforme previsto na revisão do plano
dos últimos cinco anos. Ressaltou que, com a revisão
295 concluída até o final de 2025, seria possível ter uma
estimativa mais precisa para colocar o plano de ação
em prática no sexto ano. A resposta foi afirmativa,
confirmando que essa revisão e implementação são
viáveis. A Sra. Rosângela Oliveira explicou a
300 dinâmica do trabalho de avaliação das ações. Em
uma reunião da Câmara Técnica ou do Grupo de
Trabalho de Implementação das Ações, os índices
referentes a 2023 seriam aplicados. Em 2025, seria

305 feita a avaliação das ações de 2024, seguindo sempre
o padrão de analisar o ano anterior. Como exemplo,
citou a ação de recuperação de nascentes, que seria
discutida com base em sua implementação em 2023,
verificando se houve programas ou ações realizadas.
Destacou que, em alguns Comitês, devido a questões
310 de agenda e à alta demanda dos conselheiros, a
avaliação dos índices de 2023 não pôde ser realizada
plenamente, sendo aprovada apenas pela diretoria.
Ressaltou que os índices nunca são publicados sem
o conhecimento do Comitê. Mencionou que algumas
315 ações, como os instrumentos de gestão executados
pelo IGAM (Sistema de Informações de Recursos
Hídricos, sites de divulgação, sistemas de outorga
etc.), já são avaliadas com índices pré-aplicados. No
entanto, o Comitê tem a autonomia para revisar e
320 ajustar esses índices, caso discorde da avaliação
inicial. Para as demais ações, o Comitê, por meio de
suas representações, aplica os índices em reuniões,
que podem ser presenciais ou virtuais, sendo a
maioria virtual. Durante essas reuniões, os
325 conselheiros definem as porcentagens de
implementação de cada ação. A Sra. Mylena Oliveira
agradeceu pela apresentação, destacando que foi
muito esclarecedora para entender a situação do PJ1.
Ressaltou a importância dos comentários do Sr.
330 Sérgio Razera, que trouxeram um histórico valioso
sobre os Comitês PCJ, ajudando os conselheiros a
compreenderem o passado e o futuro das ações.
Concluiu agradecendo à Sra. Rosângela Santos. Em
resposta, a Sra. Rosângela afirmou que aguardará a
335 o retorno do PJ1 sobre a melhor forma de aplicar os
índices de 2023. Comentou que o cronograma estava
apertado, mas sugeriu que, se possível, a aplicação e
validação dos índices fossem concluídas até o início
de dezembro. **4. Outros assuntos:** A Sra. Mylena
340 Oliveira informou que não havia outros assuntos a
serem tratados na reunião. **5. Informes:** A Sra.
Vanessa Longato, Coordenadora de Apoio ao
Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da
Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que
345 está em andamento o processo eleitoral dos Comitês
PCJ estadual paulista e federal e disse que os
membros do PJ1 têm assento garantido no plenário
do PCJ FEDERAL por norma definida no regimento
do comitê federal. A Sra. Mylena Nascimento
350 Rodrigues de Oliveira, representante da Federação
das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
e Presidente do CBH-PJ1 informou que em 26/11,
ocorrerá em Limeira/SP, a oficina destinada a
apresentação do relatório de fundamentação e
355 simulador de valores das Cobranças PCJ Federal e
paulista, convidando todos a participarem. **6.
Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra.
Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira,

Comitê PJ1

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1)
Criado e instalado segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 e Decreto Estadual nº 44.433/2007



representante da Federação das Indústrias do Estado
360 de Minas Gerais (FIEMG) e Presidente do CBH-PJ1

agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a
reunião.

**MYLENA NASCIMENTO RODRIGUES DE
OLIVEIRA**
Presidente do CBH-PJ1

ADILSON RAMOS DE SOUZA
Secretário-Executivo do CBH-PJ1